

Estudo Técnico Preliminar 012/2026

1. Informações Básicas:

Número do processo: 020/2026.

UASG: 981083.

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade nele especificada.

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

2. Objeto:

Trata-se de estudo técnico preliminar solicitado pela Secretaria Municipal de Governo e Administração Geral do município de Francisco Santos – PI, com o fito de subsidiar a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ROÇO LATERAL DE ESTRADAS VICINAIS NO MUNICÍPIO DE FRANCISCO SANTOS - PI, com fulcro no [inciso I do art. 28 da Lei nº 14.133/2021](#), modalidade Pregão, em sua forma Eletrônica, do tipo menor preço global, a ser executada no regime de empreitada por preço unitário, nas quantidades, condições e exigências a serem estabelecidas no Termo de Referência e Contrato.

3. Descrição da Necessidade da Contratação:

Estudo técnico preliminar para tratar da necessidade da “CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ROÇO LATERAL DE ESTRADAS VICINAIS NO MUNICÍPIO DE FRANCISCO SANTOS - PI”, e demais condições especiais e cláusulas particulares, conforme estudo a ser definido no termo de referência e contrato, com o objetivo de atender as necessidades dos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal de Francisco Santos/PI.

Este documento apresenta o estudo técnico preliminar, que constitui a etapa que antecede o Termo de Referência e serve essencialmente para assegurar a viabilidade técnica, além de embasar o Termo de Referência que visa a contratação de empresa especializada de engenharia para à execução dos serviços de roço lateral nas estradas vicinais de Francisco Santos/PI, que conectam as localidades da zona rural e as vias principais de acesso à sede do município.

Objeto da contratação:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ROÇO LATERAL DE ESTRADAS VICINAIS NO MUNICÍPIO DE FRANCISCO SANTOS - PI, com fornecimento de mão-de-obra, materiais e equipamentos, para o asseio, manutenção e conservação das estradas do município de Francisco Santos - PI, com fulcro no [inciso I, do art. 28, da Lei Federal nº 14.133/2021](#), modalidade de Pregão, em sua forma Eletrônica, do tipo menor preço global, a ser executada no regime de empreitada por preço unitário, no Modo de Disputa Aberta.

Justificativa da contratação:

A Secretaria Municipal de Governo e Administração Geral - SEGOV, priorizando o interesse público municipal, solicita a abertura de procedimento licitatório para a contratação de uma empresa visando à execução dos serviços de roço lateral nas estradas vicinais de Francisco Santos – PI, que conectam as localidades da zona rural e as vias principais de acesso à sede do município.

Essas vias desempenham um papel crucial no município, especialmente para as comunidades que residem em áreas mais afastadas, onde os acessos de chegada e partida são mais desafiadores. Apesar

de serem classificadas como vias secundárias, sua importância é vital para a qualidade de vida da população.

Com uma população de aproximadamente 8.237 habitantes, dos quais cerca de 52% residem em áreas rurais, abrangendo uma extensa área de 569,502 km², mais de 4.283 pessoas na zona rural são diretamente beneficiadas por essas estradas. A Prefeitura desempenha um papel fundamental na recuperação das estradas vicinais, impactando positivamente os moradores das diversas localidades do município.

Essas vias desempenham um papel crucial no escoamento da produção agrícola, acesso a serviços urbanos, educação, lazer, saúde, trabalho e outros. Elas conectam locais sem grandes infraestruturas, que, por sua vez, enfrentam dificuldades para se integrarem à cidade e regiões circunvizinhas.

A contratação proposta neste estudo justifica-se diante da necessidade constante de aprimorar a qualidade de vida da população da região e de mitigar a carência estrutural das comunidades rurais. A adequação das estradas vicinais contribuirá para o desenvolvimento de atividades produtivas nas regiões e para o acesso seguro entre as diversas localidades e a sede do município.

O objetivo principal da execução dos serviços de roço, conforme trechos definidos na Planilha Orçamentária, é aprimorar a visibilidade e a aparência das estradas, evitando o acúmulo de galhos e vegetação durante o período chuvoso. Isso proporcionará uma melhor visualização dos usuários que trafegam nessas estradas, garantindo condições mais seguras de trânsito.

A presente contratação direta será realizada por meio de Pregão, na forma Eletrônica, tendo em vista tratar-se de aquisição de serviços comuns de engenharia, de que trata a [Lei nº 14.133/2021](#) e o [Decreto Municipal nº 019/2023](#), por possuir como objeto ações, objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de manutenção das estradas vicinais do município, com preservação das características originais dos bens. Alcançando-se os dois objetivos primordiais de qualquer licitação, quais sejam: a seleção da proposta mais vantajosa e a garantia do princípio da isonomia.

Nesse contexto, a adequação dessas vias visa promover a melhoria da qualidade de vida, inclusão social e econômica das comunidades, além de reforçar a segurança viária.

Objetivo da contratação:

Garantir a segurança dos usuários das estradas vicinais, reduzindo riscos de acidentes e proporcionando condições mais seguras de trânsito, especialmente durante períodos adversos, como chuvas intensas.

Executar serviços de roço para aprimorar a visibilidade nas estradas, evitando o acúmulo de galhos e vegetação. Isso não apenas contribuirá para a segurança viária, mas também facilitará a identificação de obstáculos e condições da via, melhorando a experiência de condução.

Promover a acessibilidade entre as localidades rurais e a sede do município, garantindo um deslocamento mais eficiente para os moradores. Isso é crucial para o acesso a serviços urbanos, educação, saúde e atividades econômicas, impactando positivamente na qualidade de vida da população.

Contribuir para o desenvolvimento de atividades produtivas nas regiões rurais ao facilitar o escoamento da produção agrícola. Estradas em boas condições também promovem o acesso facilitado a mercados e fomentam oportunidades econômicas para os residentes das áreas mais afastadas.

Ao melhorar as condições das estradas vicinais, busca-se promover a inclusão social e econômica das comunidades rurais, proporcionando a integração dessas regiões ao contexto municipal de forma mais efetiva. Isso inclui o acesso a oportunidades de emprego, educação e serviços básicos.

A execução dos serviços de roço visa não apenas melhorar a visibilidade, mas também contribuir para a preservação ambiental, reduzindo o acúmulo de vegetação que poderia impactar negativamente ecossistemas locais. Esse cuidado ambiental é parte integrante da abordagem sustentável para o desenvolvimento das estradas.

Ao focar nesses objetivos específicos, a contratação proposta busca não apenas atender às necessidades imediatas da população, mas também promover um desenvolvimento sustentável, considerando aspectos sociais, econômicos e ambientais do município de Francisco Santos/PI.

4. Descrição dos Requisitos da Contratação:

O objeto tem natureza de serviços comuns, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do [art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021](#).

Os bens a serem adquiridos enquadra-se como bem comum, nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#) e [Decreto Municipal nº 019/2023](#), por possuir padrões de desempenho e características gerais e específicas, usualmente encontradas no mercado, podendo, portanto, ser licitado por meio da modalidade Pregão Eletrônico. Assim, a aquisição mostra-se viável na modalidade de compra por Pregão e julgamento por Menor Preço. Alcançando-se os dois objetivos primordiais de qualquer licitação, quais sejam: a seleção da proposta mais vantajosa e a garantia do princípio da isonomia.

No tocante a duração contratual, o [artigo 105 da Lei nº 14.133 de 2021](#), dispõe que a duração dos contratos será a prevista em edital, e deverão ser observadas, no momento da contratação e a cada exercício financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

A seleção do prestador de serviços de execução de roço é baseada em critérios específicos que garantem a escolha de uma empresa qualificada e capaz de atender às necessidades.

Os critérios estabelecidos são os seguintes:

- Definição do orçamento e do prazo de execução da obra, com detalhamento de marcos intermediários e finais das etapas, definidos no cronograma físico-financeiro da obra;
- Certidão de registro/quitação da contratada junto ao CREA, da qual deverá constar os nomes dos profissionais que poderão atuar como responsáveis técnicos pelos serviços a serem executados, conforme disciplina a Resolução 425/98 do CONFEA, artigo 4º, parágrafo único;
- Comprovação de aptidão técnica, consistente na apresentação de uma ou mais certidões de acervo técnico expedidas pelo CREA, em nome dos profissionais que exercerão a função de responsáveis técnicos, comprovando a execução de pelo menos uma obra ou serviço com características similares ao objeto a ser contratado;
- Apresentação, por parte da contratada, de pelo menos 01 (um) Atestado de Capacidade Técnico-operacional, comprovando a realização de obras ou serviços com características similares ao objeto a ser contratado;
- Definição de cláusulas e condições para a execução dos serviços que possibilitem à contratada efetivar o planejamento para a execução dos serviços em conformidade com a logística e infraestrutura existentes no mercado, e, dessa forma, possibilitar a obtenção de preços mais competitivos para a contratação.

5. Área Requisitante:

Área Requisitante	Responsável
Secretaria Governo e Administração – SEGOV	Lívia Rodrigues dos Santos Carvalho

6. Alternativas Disponíveis no Mercado:

Neste tópico urge a importância de pesquisar e determinar as soluções capazes de atender satisfatoriamente a necessidade administrativa alinhadas aos princípios constitucionais que regem a administração pública. Todos os itens são serviços comuns, prestados usualmente no mercado e a forma de escolha do fornecedor deverá ser por Pregão, em sua forma Eletrônica.

Neste tópico urge a importância de pesquisar e determinar as soluções capazes de atender satisfatoriamente a necessidade administrativa alinhadas aos princípios constitucionais que regem a administração pública.

Os serviços deverá ser executada através de contratação de empresa especializada, e para tanto será elaborado planilha orçamentária que propende à contratação, sendo a referência da planilha orçamentária, baseada na **Tabela de Custos - Versão 028 NÃO DESONERADA – SEINFRA-CE**, supre a pesquisa de preços de mercado, conforme [Decreto Federal nº 7.983, de 08 de abril de 2013](#) e publicação “Orientações para elaboração de planilhas orçamentárias públicas – TCU”.

Pontuamos que será publicado a licitação para manifestações de interesse dos itens citados no item 7, resta justificada a necessidade da presente contrato, conforme disposto no [art. 28, inciso I, da Lei Federal 14.133/2021](#):

*Art. 28. São modalidades de licitação:
I - pregão.*

No mais, salientamos que em consulta às mídias, extraiu-se informações de que os certames licitatórios envolvendo o objeto são realizados na modalidade Dispensa Eletrônica, Pregão Eletrônico e Concorrência, conforme se extrai dos dados abaixo transcritos:

Pregão Nº 031/2025, (CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ROÇO MANUAL NAS MARGENS LATERAIS DAS ESTRADAS DE MORRO CABEÇA NO TEMPO – PI, CONFORME PROJETO BÁSICO). P.

M. DE MORRO CABEÇA NO TEMPO. Disponível em:

<https://sistemas.tce.pi.gov.br/muralic/detalhelicitacao.xhtml?id=1124505>, acesso em 02/03/2026 às 12:14; Concorrência Nº 004/2025, (CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE

ROÇO DE ESTRADAS VICINAIS NO MUNICÍPIO DE SANTA FILOMENA - PI.)

P. M. DE SANTA FILOMENA. Disponível:

<https://sistemas.tce.pi.gov.br/muralic/detalhelicitacao.xhtml?id=1048127>, acesso em 02/03/2026 às 12:16, CONCORRÊNCIA Nº 007/2025 (CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO

DOS SERVIÇOS DE ROÇO DAS ESTRADAS VICINAIS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA VARJOTA – PI, conforme projeto básico e planilhas anexas). P. M. DE SÃO JOÃO DA

VARJOTA Disponível: <https://sistemas.tce.pi.gov.br/muralcon/detalheContrato.xhtml?id=902429>, acesso em 02/03/2026 às 12:20.

Diante ao exposto, constatamos que os órgãos públicos utilizam da modalidade Pregão Eletrônico e Concorrência Eletrônica para este tipo de contratação. Ademais, este sistema permite aumentar a eficiência administrativa.

Posto isto, dentre as soluções existentes no mercado foram encontradas as seguintes soluções/cenários possíveis:

É sabido que a Administração Pública poderá obter o objeto pretendido através da Execução Direta ou da Execução Indireta.

Solução 01: Como Execução Direta do objeto pretendido, tem-se a hipótese em que a própria Administração Pública, através de seus próprios meios, ou seja, os seus próprios órgãos e entidades, executam o serviço pretendido. Para que se configure a dita espécie de execução, deverá a Administração Pública, efetivamente, deter a totalidade dos meios necessários à concretização do fim pretendido, ou seja, deverá deter toda a estrutura, expertise técnica, pessoal, etc. à conclusão dos serviços pretendidos, sob pena de não se configurar a hipótese em questão, impondo a contratação de terceiro para sua execução, respeitadas as disposições inerentes ao processo licitatório.

Solução 02: Já a Execução Indireta se dá quando a Administração Pública, para obter o que pretende, necessita contratar terceiros para executar o serviço necessitado ou fornecer o produto almejado. Tal espécie de execução do objeto contratado se dá através das seguintes formas: Empreitada por Preço Global; Empreitada por Preço Unitário; Tarefa; Empreitada Integral.

Levando-se em conta as características do objeto a ser contratado, entende-se que a melhor solução para a contratação é a execução indireta, através de empreitada por preço unitário, tendo em vista que a Prefeitura Municipal de Francisco Santo/PI não detém os meios necessários à concretização do objeto e que há meios de definir claramente os aspectos quantitativos do objeto a ser executado.

Nesse caso, pode ser estabelecido um padrão ou uma unidade de medida, para fins de aferição do valor a ser pago ao contratado, o que será feito após o período de medição e a verificação da conformidade da prestação com a obrigação ajustada.

Após levantamento e análise de mercado, chega-se à conclusão que a melhor solução técnica e econômica para o Município seria **O CENÁRIO 2**, a contratação de empresa especializada em engenharia para execução dos serviços de roçada manual na zona rural do município de Francisco Santos - PI.

O projeto de engenharia na íntegra encontra-se anexa aos autos do processo nos termos da [Lei Federal nº 14.133/2021](#) e [Decreto Municipal nº 019/2023](#).

Conforme projeto de engenharia realizado e apresentado no anexo I deste documento, para solução da necessidade administrativa, objeto do presente Estudo Técnico Preliminar, vislumbra-se possível, sob o aspecto técnico e econômico, a Licitação para *“contratação de empresa de engenharia para execução dos serviços de roçada manual, nas estradas vicinais na zona rural do município de Francisco Santos - PI, com fulcro no inciso I do art. 28 da Lei nº 14.133/2021, modalidade de Pregão, em sua forma Eletrônica, do tipo menor preço global, a ser executada no regime de empreitada por preço unitário, no Modo de Disputa Aberta, nas quantidades, condições e exigências no projeto de engenharia a serem estabelecidas no Termo de Referência e Contrato”*.

7. Descrição da Solução Como Um Todo:

A solução proposta é processo de licitação para contratação de empresa de engenharia para execução dos serviços de roçada manual nas estradas vicinais na zona rural do município garantindo assim a segurança e trafegabilidade com eficiência e eficácia para atender as necessidades da prefeitura municipal.

A definição da metodologia para execução dos serviços de roço adotada, obrigatoriamente, de acordo com as normas técnicas vigente, estarão pormenorizadas no Termo de Referência, bem como a definição do prazo de execução, unidades de medida para quantificação dos serviços e delimitação dos preços unitários, estão explicitados nas Especificações Técnicas e Planilhas Orçamentárias, cujos quantitativos foram obtidos por meio de levantamento de dados com vistas às necessidades dos serviços a serem executados.

A contratação de empresa para execução do objeto a ser contratado, no Município de Francisco Santos/PI, encontra-se delimitada neste Estudo Técnico Preliminar (ETP) a partir dos seguintes requisitos:

- Definição do local dos serviços: de acordo com relação das localidades constantes no Projeto Básico;
- Definição dos serviços a serem executados: Após levantamentos verificou-se que os serviços a serem contratados serão em suma, limpeza rural, capina e roçada no município de Francisco Santos/PI;
- A definição da metodologia executiva é adotada, obrigatoriamente, de acordo com as normas técnicas vigentes. Para cada serviço, existe uma metodologia especial. Portanto, essas definições estarão pormenorizadas no Projeto Básico elaborado pela equipe técnica;
- Definição das unidades de medida para quantificação dos serviços e delimitação dos preços unitários deverá estar explicitados na planilha orçamentária, cujos quantitativos foram obtidos por meio de levantamento de dados com vistas às necessidades dos serviços a serem executados; e
- Facultar, à contratada, a possibilidade de visita técnica para conhecimento do local onde serão executados os serviços, dos acessos disponíveis, da logística de transporte, e de todas as dificuldades que possam interferir na execução dos serviços.

A Contratada fica obrigada a manter a garantia dos serviços exigida neste Termo por período de vigência do contrato, sob pena de sofrer as sanções legais aplicáveis, além de ser obrigada a reparar

os prejuízos que causar à Contratante ou a terceiros, decorrentes de falhas nos produtos/serviços ou de sua respectiva entrega e instalação.

A empresa Contratada deverá apresentar funcionários qualificados e ferramentas/equipamentos de segurança próprios para realização dos serviços durante o período do contrato.

8. Estimativa das Quantidades a Serem Contratadas:

Para a definição da estimativa das quantidades a serem contratadas, foi realizado levantamento de aquisição dos serviços de roço nas estradas vicinais do município de Francisco Santos – PI.

As demandas previstas para a execução do objeto foram resultado de necessidades estabelecidas com vistoria técnica nas localidades da zona rural do município de Francisco Santos – PI, em que ser possível fazer estimativas das atividades a serem realizadas, para resolução dos problemas apresentados, está discriminadas no projeto de engenharia (anexo) e que em momento posterior no termo de referência, no qual será anexado orçamento detalhado dos custos.

O custo estimado das quantidades foram obtidos mediante informações coletadas nas bases oficiais das tabelas Composições conforme abaixo:

Obra: Contratação de empresa especializada em engenharia para execução dos serviços de Roçada manual, de 434.400,00 m², na zona rural do município de Francisco Santos - PI, com fulcro no [inciso I do art. 28 da Lei Federal nº 14.133/2021](#).

Bancos: Tabela de Custos - Versão 028 NÃO DESONERADA – SEINFRA-CE - ENC. SOCIAIS 114,15%

BDI: 29,76% e Encargos Sociais – Não Desonerado: 114,15%.

Por oportuno, a escolha e a justificativa do item deve ser realizada pela equipe técnica dos órgãos requisitantes, juntamente com a quantificação do item e documentos que lhe dão suporte e assinada tanto pelo servidor responsável pela elaboração como pela autoridade competente, inclusive nos anexos.

OBRA: Roçada manual.

ITEM	CÓDIGO	SERVIÇO/DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	P. UNITÁRIO	P. TOTAL
1.0		CONSERVAÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO				312.420,56
1.1.	C4187	ROÇO MANUAL NAS LATERAIS DAS ESTRADAS VICINAIS OU CAMINHOS DO MUNICIPIO	M ²	547.200,00	0,44	240.768,00
TOTAL PARCIAL SEM BDI (R\$)						240.768,00
BOI (BENEFÍCIOS E DESPESAS INDIRETAS) (R\$)						71.652,56
TOTAL GERAL COM BDI (R\$)						312.420,56

9. Estimativa do Valor da Contratação:

Estima-se para a contratação almejada o valor total de **R\$ 312.420,56 (trezentos e dozes mil, quatrocentos e vinte reais e cinquenta e seis centavos)**. As quantidades apresentadas têm por embasamento os valores encontrados a partir dos bancos de preços públicos: Tabela de Custos - Versão 028 NÃO DESONERADA – SEINFRA-CE - ENC. SOCIAIS 114,15%. De acordo com os [arts. 3º, 4º, 5º e 6º do Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013](#), estabelece regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia, contratados e executados com recursos dos orçamentos da União, e dá outras providências:

Art. 3º O custo global de referência de obras e serviços de engenharia, exceto os serviços e obras de infraestrutura de transporte, será obtido a partir das composições dos custos unitários previstas no projeto que integra o edital de licitação, menores ou iguais à mediana de seus correspondentes nos custos unitários de referência do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - Sinapi,

excetuados os itens caracterizados como montagem industrial ou que não possam ser considerados como de construção civil.

Parágrafo único. O Sinapi deverá ser mantido pela Caixa Econômica Federal - CEF, segundo definições técnicas de engenharia da CEF e de pesquisa de preço realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Art. 4º O custo global de referência dos serviços e obras de infraestrutura de transportes será obtido a partir das composições dos custos unitários previstas no projeto que integra o edital de licitação, menores ou iguais aos seus correspondentes nos custos unitários de referência do Sistema de Custos Referenciais de Obras - Sicro, cuja manutenção e divulgação caberá ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, excetuados os itens caracterizados como montagem industrial ou que não possam ser considerados como de infraestrutura de transportes.

Art. 5º O disposto nos arts. 3º e 4º não impede que os órgãos e entidades da administração pública federal desenvolvam novos sistemas de referência de custos, desde que demonstrem sua necessidade por meio de justificativa técnica e os submetam à aprovação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Parágrafo único. Os novos sistemas de referência de custos somente serão aplicáveis no caso de incompatibilidade de adoção dos sistemas referidos nos arts. 3º e 4º, incorporando-se às suas composições de custo unitário os custos de insumos constantes do Sinapi e Sicro.

Art. 6º Em caso de inviabilidade da definição dos custos conforme o disposto nos arts. 3º, 4º e 5º, a estimativa de custo global poderá ser apurada por meio da utilização de dados contidos em tabela de referência formalmente aprovada por órgãos ou entidades da administração pública federal em publicações técnicas especializadas, em sistema específico instituído para o setor ou em pesquisa de mercado.

10. Justificativa Para o Parcelamento ou Não da Contratação:

Nos termos do [art. 47, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021](#), as licitações atenderão ao princípio do parcelamento, quando tecnicamente viável e economicamente vantajoso. Na aplicação deste princípio, o § 1º do mesmo art. 47 estabelece que devam ser considerados a responsabilidade técnica, o custo para a Administração de vários contratos frente às vantagens da redução de custos, com divisão do objeto em itens, e o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

O não parcelamento dos serviços de roço é mais satisfatório do ponto de vista da eficiência técnica, por manter a qualidade do investimento, haja vista que o gerenciamento permanece o tempo todo a cargo de um mesmo administrador, oferecendo um maior nível de controle pela Administração na execução das obras e serviços, cumprimento de cronograma e observância de prazos com a concentração da responsabilidade da execução e garantia dos resultados.

Ressalta-se que em contratações com serviços inter-relacionados, o atraso em uma etapa implica em atraso nas demais etapas, ocasionando aumento de custo e comprometimento dos marcos intermediários e final de entrega. Pelas razões expostas, recomenda-se que a contratação não seja parcelada, por não ser vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou ao complexo do objeto a ser contratado.

11. Contratação Correlatas e/ou Interdependentes:

Não há contratações correlatas ou interdependentes no presente processo por se tratar de objetos cujo emprego não demanda estrutura ou contratos específicos para sua aplicação.

12. Alinhamento Entre Plano Anual de Contratações e o Planejamento:

As instituições e órgãos da Administração Pública têm o dever de alinhar suas propostas de contratação com seus planos organizacionais, o que evita contratações desalinhadas com os objetivos estabelecidos e gastos em iniciativas poucas produtivas para a organização. Por isso que a administração pública municipal deve ter planos institucionais que demonstrem quais são os seus objetivos, metas e iniciativas que desejam desenvolver no médio prazo, pois estes servirão de base para as contratações realizadas pelos departamentos de administração, principalmente voltada aos serviços de apoio administrativo e serviços auxiliares.

O alinhamento da proposta de contratação foi feito em consonância com o planejamento estratégico da PMFS/PI e os programas, projetos e atividades estabelecidos nos instrumentos de orçamento do governo municipal (PPA, LDO e LOA). O atual planejamento estratégico da PMFS/PI encontra-se disponível no sítio <https://franciscosantos.pi.gov.br/franciscosantos/portalanoticias>. O desempenho dos processos relacionados aos objetivos estratégicos definidos será satisfatório desde que sejam executadas as atribuições institucionais da PMFS/PI. Contratação consta no Plano de gerenciamento da contratação.

A contratação está de acordo com o Plano Anual de Contratações da Secretaria Municipal de Governo e Administração Geral para exercício do ano 2026, conforme o disposto no [art. 176 da Lei nº 14.133/2021](#), passando pelo conhecimento dos gestores superiores, desde esta fase de planejamento, por entender a importância dos serviços para garantir um dos eixos estratégicos do Plano de Gestão 2025-2028, que é promover infraestrutura física para viabilizar ações de melhoria da qualidade de vida.

O Plano Anual de Contratações para exercício do ano 2026, foi publicado no PNCP no endereço eletrônico <https://www.gov.br/pncp/pt-br>, ID PCA PNCP, 06553713000169-0-000003/2026, Unidade, 981083 - Prefeitura Municipal de Francisco Santos, Data Publicação no PNCP em 07/11/2025.

Identificação do PCA 2026, publicado no Diário Oficial Eletrônico Municipal – DOEMPI no endereço <https://sggp.com.br/doem/visualizar/secao/13217>, item 26 - IDENTIFICADOR DA SEÇÃO: 14076B4F1A83B36, página 104 e na página oficial do município de Francisco Santos – PI, no endereço <https://sts-appm.s3.amazonaws.com/uploads/documentos/cf2d6cd812556a55c9d3d8d05e861fba.pdf>, item 26 – página 58, estando assim alinhada com o planejamento desta Administração.

13. Providências a Serem Adotadas Pela Administração Previamente à Celebração do Contrato:

Com relação as providências a serem adotadas para esta contratação é possível destacar as seguintes: Garantir contratação de empresa em engenharia para execução dos serviços de roçada manual das estradas vicinais do município de Francisco Santos – PI;

Para as contratações pretendidas não haverá necessidade de providências prévias no âmbito da Administração. Entretanto, o gestor e fiscal do contrato devem ter ciência do que aborda a instrução normativa SCI nº 03 que disciplina os procedimentos para fiscalização dos contratos administrativos e decreto nº 4874 de 31 janeiro de 2023 que regulamenta a gestão do contrato, vide Art. 92, inciso XVIII;

Providências a serem adotadas pela administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente da organização; ([inciso X do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021](#)):

A Secretaria requisitante realizará:

- A) Designação do fiscal de contrato para o acompanhamento da execução do objeto;
- B) Designação do gestor de contrato para o acompanhamento da execução do objeto;

- C) Definição de planos de trabalhos com vistas à boa execução do objeto contratado. Ademais, para que a pretendida contratação tenha sucesso, é preciso que outras etapas sejam concluídas, quais sejam:
- a) elaboração de minuta do edital;
 - b) realização de certificação de disponibilidade orçamentária;
 - c) designação em Portaria de pregoeiro, equipe de apoio, agente de contratação (conforme o caso);
 - d) elaboração de minuta do contrato;
 - e) encaminhamento do processo para análise jurídica;
 - f) análise da manifestação jurídica e atendimento aos apontamentos constantes no parecer, mediante Nota Técnica com os ajustes indicados;
 - g) publicação e divulgação do edital e anexos;
 - h) resposta a eventuais pedidos de esclarecimentos e/ou impugnação, caso aplicável;
 - i) realização do certame, com suas respectivas etapas;
 - j) realização de empenho; e
 - k) assinatura e publicação do contrato.

14. Possíveis Impactos Ambientais:

Os possíveis impactos ambientais resultantes da prestação dos bens em análise serão minimizados através da adoção, como parte das obrigações da contratada, dos critérios de sustentabilidade ambiental prescritos no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Câmara Nacional de Sustentabilidade – CNS DECOR/CGU/AGU, afeta ao tema sustentabilidade na aquisição de bens e produtos. Além disso, deve obedecer às disposições pertinentes das Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego, que são disposições complementares ao Capítulo V (Da Segurança e da Medicina do Trabalho) do Título II da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), com redação dada pela [Lei nº 6.514, de 22 de dezembro de 1977](#).

15. Declaração da Viabilidade ou Não da Contratação:

Diante da análise desenvolvida no Estudo Técnico Preliminar, a aquisição mostra-se viável em termos de disponibilidade e competitividade de mercado, como também é economicamente mais vantajoso para a administração, não sendo possível observar óbices ao prosseguimento da presente contratação no formato de pregão, em sua forma eletrônica.

Diante do exposto descrito acima, entende que é VIÁVEL a contratação da solução demandada conforme as análises.

16. Responsabilidades:

Órgão Demandante:

- a) Elaborar e formalizar a demanda: O órgão demandante, responsável por solicitar os serviços, deverá elaborar e formalizar a demanda de acordo com as necessidades específicas da Prefeitura Municipal de Francisco Santos/PI.
- b) Acompanhar o processo de contratação: É responsabilidade do órgão demandante acompanhar de perto o processo de contratação, garantindo a conformidade com os critérios estabelecidos e dando suporte para a seleção da empresa fornecedora.
- c) Monitorar o cumprimento do contrato: Após a contratação, o órgão demandante deve monitorar o cumprimento do contrato pela empresa selecionada, verificando se os serviços foram realizados conforme as especificações, prazos estabelecidos e cronograma.

Empresa Contratada:

- a) Prestar os serviços conforme especificações e prazos estabelecidos: A empresa contratada tem a responsabilidade de prestar os serviços conforme as especificações técnicas determinadas

pelo órgão demandante, bem como respeitar os prazos estabelecidos para a execução dos mesmos.

b) Manter a qualidade dos serviços prestados: É responsabilidade da empresa contratada manter a qualidade dos serviços, garantindo que atendam aos padrões exigidos, sejam seguros e eficazes para consecução de seus fins.

c) Cumprir as obrigações contratuais: A empresa contratada deve cumprir todas as obrigações estabelecidas no contrato, como prestar os serviços de acordo com as quantidades e prazos determinados, bem como atender a eventuais cláusulas específicas previstas no acordo.

Ao estabelecer essas responsabilidades, a Prefeitura Municipal de Francisco Santos - PI busca garantir uma relação contratual transparente e eficiente, em que o órgão demandante realiza suas atividades de acompanhamento e monitoramento, enquanto a empresa contratada presta os serviços de acordo com as necessidades e exigências estabelecidas. Dessa forma, a parceria entre as partes é fortalecida e os resultados esperados são alcançados de maneira satisfatória.

17. Demonstrativo dos Resultados Pretendidos em Termos de Economicidade e de Melhor Aproveitamento dos Recursos Humanos, Materiais ou Financeiros Disponíveis:

Pretende-se, com o presente processo licitatório, assegurar a seleção das propostas aptas a gerar as contratações mais vantajosas para o Município.

Almeja-se, igualmente, assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição, bem como evitar contratação com sobrepreço ou com preço manifestamente inexequível e superfaturamento na execução do contrato.

A contratação dos serviços de roço lateral nas estradas vicinais de Francisco Santos/PI visa alcançar resultados expressivos em termos de economicidade e otimização dos recursos envolvidos.

Ao implementar essa medida, a Secretaria Municipal de Governo e Administração Geral - SEGOV almeja:

Eficiência Operacional: O planejamento detalhado, incluindo o cronograma físico-financeiro, busca assegurar a execução eficiente dos serviços, evitando desperdícios de tempo e recursos. A definição clara de marcos intermediários e finais contribui para uma gestão mais eficaz.

Redução de Custos: A adoção de Pregão e sua forma Eletrônica como modalidade de contratação, respaldada pela [Lei Federal nº 14.133/2021](#), tem como objetivo promover a competitividade entre as empresas, resultando em propostas mais vantajosas para a administração pública. Isso proporciona uma significativa redução de custos.

Qualificação Técnica: Os critérios de seleção da contratada, como a certidão de registro/quitação junto ao CREA, certidões de acervo técnico e atestados de capacidade técnico-operacional, garantem a escolha de uma empresa qualificada, assegurando a eficácia na execução dos serviços.

Aproveitamento Sustentável: Ao enfatizar a sustentabilidade na execução dos serviços de roço, a iniciativa visa reduzir o impacto ambiental, evitando o acúmulo desnecessário de vegetação e promovendo práticas mais amigáveis ao meio ambiente.

Transparência e Concorrência: A definição clara de cláusulas e condições para a execução dos serviços visa garantir a transparência no processo licitatório. Isso proporciona um ambiente de concorrência saudável, favorecendo a obtenção de preços mais competitivos e, conseqüentemente, melhor aproveitamento dos recursos financeiros disponíveis.

Ao alcançar esses resultados, a administração municipal busca não apenas atender às demandas imediatas da população, mas também garantir a eficácia na aplicação dos recursos públicos, promovendo uma gestão eficiente e responsável.

18. Considerações Finais:

Com base na justificativa e nas especificações técnicas constantes neste Estudo Técnico Preliminar e seus anexos, e na existência de planejamento orçamentário para subsidiar esta contratação, declaramos que a melhor alternativa para solucionar a demanda é a contratação, através de Pregão Eletrônico, de empresa de engenharia para execução dos serviços de roçada manual que atenda aos padrões e preços de mercado, assim como corresponda às especificações e qualificações deste documento.

19. Indicação dos Integrantes da Equipe de Planejamento:

Autoridade imediata: Livia Rodrigues dos Santos Carvalho.

Gestor de Contrato:

Titular: **Marinalva Ana de Jesus Carvalho**, CPF nº 451.267.123-49, e-mail: gal.anajeses@hotmail.com, telefone (89) 98114-8719 e Matrícula nº 00010519.

Suplente: Ramon Carlos de Sousa, CPF nº 041.817.443-10, e-mail: ramon.carlos18@hotmail.com, telefone: (89) 98143-8742 e matrícula nº 000649.

Fiscal do Contrato:

Titular: designado o servidor **José de Ribamar Gonçalves de Macedo Júnior**, RN nº 190069671-1, CPF (MF) nº 353.897.533-72, e-mail: jrmacedo14@hotmail.com, 89 99929-7131.

Suplente: Graciene Maria Rodrigues Silva, CPF nº 010.161.573-63. E-mail: gracienerodriguesane@hotmail.com, telefone (89) 98108-5594, matrícula nº 000162.

Francisco Santos – PI, 02 de março de 2026.

LÍVIA RODRIGUES DOS SANTOS CARVALHO
Secretária Municipal de Governo e Administração Geral
903.938.723-00 – Matrícula: 000082



José Ribamar Gonçalves de Macedo Júnior
CPF nº 353.897.533-72 – Fiscal Titular do Contrato.
E-mail: jrmacedo14@hotmail.com e telefone (89)99921-7131.



José de Ribamar G. de Macedo Júnior
Engenheiro Civil - CREA/PI 2324-D
REG. NAC. 190069671-1
CPF: 353.897.533-72